

-----**ATA N.º 2/2013**-----

-----Aos 8 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----**Reunião do dia 2/1/2013:**-----

-----O Senhor Presidente informou que no dia 2/1/2013 se encontrava em representação do Município, tendo solicitado a justificação da falta dada à reunião do Executivo.-----

-----Informou ainda que os Senhores Vereadores José Luís Cabral e António Graça Silva se encontravam de férias, conforme requerimentos apresentados, pelo que também solicitam a justificação da falta dada à reunião.-----

-----**O Executivo deliberou aceitar os pedidos, considerando as faltas justificadas.**-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 27, da reunião ordinária do Executivo de 7 de dezembro, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos**, no âmbito da requalificação da Praça da República, pretendeu saber qual era a alternativa para a paragem dos autocarros que se fazia nessa praça. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que existem alternativas no estacionamento junto ao restaurante “Dragão” e no “Mercado dos Paus”. -----

-----De seguida deu conhecimento do certificado recebido pelo Município relativo à parceria com Associação Bandeira Azul no projeto Eco-Escolas 2011-2012, bem como diploma de participação no ECOXXI 2012. -----

-----Deu também conhecimento que a Galp Energia está a promover a 3.ª edição do Projeto Escolar Missão UP – Unidos pelo Planeta, que irá lugar no próximo ano letivo 2012/2013 e solicitam a colaboração e apoio da

Câmara Municipal na divulgação do projeto, junto das escolas do Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** colocou à consideração dos Senhores Vereadores a alteração da data da próxima reunião de Câmara, passando a ser no dia 24/1/2013, ao invés de no dia 16/1/2013, para que não fique um espaço de tempo tão grande entre reuniões. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE DONATIVO**-----

-----Foi presente ofício da Liga Portuguesa Contra o Cancro, com registo de entrada n.º 11821, de 18/12/2012, a solicitar um donativo. -----

-----**Face à conjuntura financeira, o Executivo deliberou, por unanimidade, não atribuir qualquer donativo. Felicitou a Liga Portuguesa Contra o Cancro, pelo trabalho desenvolvido em prol do doente oncológico e, espera, no futuro, poder novamente colaborar com a instituição.** -----

-----**2. CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA**-----

-----**ASSUNTO: MEMORANDO ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA**-----

-----Foi presente *email* da Câmara Municipal de Gouveia, com registo de entrada n.º 11985, de 21/12/2012, a enviar cópia do texto final do memorando referente à Empresa Águas do Zêzere e Côa, que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referindo-se ao memorando apresentado disse que, segundo o relatado no mesmo, detetou-se há cerca

de um ano que a minuta aprovada na reunião do Conselho de Administração da AdZC de 17/8/2000 era diferente da minuta que foi enviada para os Municípios, onde se identifica o âmbito da concessão excluindo o Município da Covilhã do abastecimento de água e, no que diz respeito a tratamento de efluentes, no texto enviado ao Município da Covilhã faz parte integrante do Sistema, sem qualquer limitação.-----

-----Referiu ainda que a 2/12/2004, o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território terá emitido despacho, que nunca foi publicado, desobrigando o Município da Covilhã da obrigação de ligação, na vertente de saneamento, ao sistema.-----

-----Disse que segundo o memorando o próprio Presidente das AdZC enviou ao Ministro do Ambiente um memorando no qual referia que o custo do impacto da saída do Município da Covilhã no vetor saneamento trazia para o Sistema um prejuízo de 60,4 milhões de euros.-----

-----Referiu ainda, que numa reunião ocorrida em Fornos de Algodres a 17/1/2012, onde estiveram presentes os diversos representantes dos utilizadores do Sistema e o Presidente do CA da AdZC, Eng.º João Pedro Rodrigues, onde foram debatidas algumas falhas nas medições dos efluentes, nomeadamente o facto de contabilizarem as águas pluviais e a falta de comprovativo em como os instrumentos de medição estavam calibrados. Face a estas reclamações e até se ter a certeza do montante de água para abastecimento fornecida e da quantidade de efluentes efetivamente tratados, adotariam o seguinte procedimento: o montante da água fornecida equivaleria a 77,54% da água medida e o montante do efluente tratado equivaleria a 77,17% da água efetivamente fornecida, calculada nos termos da alínea anterior.-----

-----Todavia as AdZC apesar de terem formalizado o acordo verbalmente, nunca o colocaram em prática, continuando a enviar as faturas como se este acordo nunca tivesse existido e recusando-se a passá-lo a escrito.-----

-----Face às situações relatadas os Municípios acordaram passar a agir do seguinte modo:-----

-----Devolverão, a partir de 1/1/2013, às AdZC as faturas onde não constarem a expressão do acordo celebrado e, continuarão a desenvolver os contactos e estudos com vista à obtenção de solução extrajudicial.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse lamentar a forma como as instituições públicas funcionam em Portugal. Não compreende como as AdZC se recusa a cumprir um acordo que foi assumido pelo próprio Presidente do Conselho de Administração.-----

-----Considera que a linha de atuação que está ser seguida pelo advogado neste processo poderia ter outra frente, designadamente através do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que as AdZC têm obrigações perante os seus acionistas.-----

-----Relativamente à devolução das faturas, referiu que a lei dos compromissos é omissa relativamente à provisão para encargos futuros e o facto de a autarquia ter um processo judicial a decorrer contra a AdZC, não fica claro na lei se a autarquia deve ou não considerar o compromisso. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que não existe qualquer acordo entre as partes, trata-se de uma tomada de força, perante a forma como a AdZC estão conduzir este processo, obrigando-a a fazer aquilo que assumiu. Perante esta situação, disse que não concordava que fosse constituída uma provisão. Os Municípios irão devolver as faturas tendo como base um acordo e certamente terá as suas consequências. Disse que enquanto decorrer a ação judicial a dívida é registada em conta corrente. ---

-----Às 11h e 10 minutos ausentou-se da reunião o Senhor Presidente da Câmara, por motivos de representação do município, ficando a presidir esta reunião o Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que esta situação começou pelo facto de o Município da Covilhã ter saído do Sistema, o que provocou alterações no contrato de concessão a assinar com os restantes

municípios, bem como pelo facto de as AdZC não terem honrado o compromisso que assumiram na reunião tida em Fornos de Algodres, “obrigando” os municípios a tomarem uma posição. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que este projeto começou mal, porque tinha incluído duas áreas que depois foram divididas, criando duas áreas distintas, água e saneamento. Disse que ao sair a Covilhã houve uma redução da receita e um aumento dos custos com a criação da Resistrela.-----

-----Referiu que, na sua opinião, a única solução passa pela verticalização dos serviços, ou seja, esta área sair das autarquias e passar a ser gerida pelas AdZC.-----

-----**3. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE MANUEL ALEIXO DA CRUZ, SITO NA FREGUESIA DE S. PEDRO - CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ALTERAÇÃO À LICENÇA DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2007**-----

-----Foi presente informação com registo interno n.º 4211, de 20/12/2012, dando conhecimento de que foi solicitado, pelo promotor do loteamento, alteração à licença da operação de loteamento, com alvará n.º 1/2007.-----

-----Propõe que se aprove a alteração à operação de loteamento apresentada, estando cumprido o artigo 27.º do RJUE, após apreciação dos elementos apresentados.-----

-----Mais informa que deve ser comunicado ao requerente, em caso de aprovação da alteração, que terá que acordar as condições e prazo de execução das obras de urbanização e caução a prestar, conforme previsto nos artigos 53.º e 54.º conjugados com o n.º 9, do artigo 27.º do RJUE.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que este pedido por parte do promotor está desenquadrado da realidade, sendo da opinião que seria adequado promoverem uma reunião entre o Executivo e o promotor para analisar o assunto.-----

-----Solicitou a presença da Eng.<sup>a</sup> Cristina Martins para prestar alguns esclarecimentos sobre o loteamento.-----

-----A Senhora Eng.<sup>a</sup> esclareceu que neste processo existem duas fases, a primeira é a que está agora em discussão, que passa pela aprovação da alteração ou não, ao loteamento e, uma segunda, caso aprovem, será definição da caução e o prazo para executar as obras. -----

-----Informou que aquando da caducidade do alvará foi acordado com o promotor que a caução a prestar seria em forma de garantia bancária e não com hipoteca de lotes, uma vez que para a autarquia e, na sua opinião, esta forma é mais vantajosa, caso no futuro tenham que acionar a caução.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dar os parabéns à Eng.<sup>a</sup> Cristina Martins pela forma como elaborou a sua informação técnica, não deixando qualquer dúvida na sua interpretação. Quanto às questões levantadas pelo Senhor Vereador António Silva, considera que fogem ao âmbito da análise técnica. -----

-----Face o exposto e pelo facto de existirem alguns factos que se pretendem esclarecer, decidiram solicitar que o executivo promova uma reunião com o promotor do loteamento, para dirimir essas dúvidas. -----

-----**Apesar da intenção do Executivo ser no sentido do deferimento e a informação técnica propor a aprovação de alteração da operação de loteamento, a Câmara deliberou, por unanimidade, promover o agendamento de um reunião entre o promotor e o Executivo, para prestar esclarecimentos, não respeitante à parte técnica.**-----

-----**3.1. EMISSÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO N.º 10/2009**-----

-----Foi presente informação relativa ao processo 10/2009, dando conhecimento que encontrando-se reunidas as condições para ser emitida a caducidade do presente processo, nos termos do n.º 2, do art.º 71.º do RJUE e determinando o n.º 5 do mesmo artigo que a caducidade é declarada pela Câmara Municipal, com audiência prévia do interessado. ----

-----Propõe que o Executivo delibere no sentido da caducidade do processo e esse dê cumprimento à tramitação atrás referida.-----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, emitir a caducidade do processo 10/2009 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.**-----

-----**3.2. MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa n.º 2/2013, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**4. EMCEL - EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE, E.M**-----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013 E CONTRATO PROGRAMA**-----

-----Foi presente orçamento e contrato programa da EMCEL para o exercício económico de 2013, que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----



-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o destino da EMCEL ainda é uma incógnita, mas o Conselho de Administração pediu que o encerramento das contas seja abreviado, para que os resultados sejam analisados face à lei do setor empresarial local.-----

-----Referiu que há uma redução substancial do subsídio, mas que permite à EMCEL dar continuidade às suas funções. Verifica-se igualmente uma redução em matéria de despesa com recursos humanos, por força da caducidade de contratos de alguns trabalhadores. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** relativamente ao orçamento da EMCEL disse que se trata de um mero *print* de contas, que não refletem qualquer estratégia e que em nada diferem das apresentadas em anos anteriores, completamente vazias de qualquer conteúdo. -----

-----Disse que tinha algumas dúvidas relativamente a algumas dotações apresentadas.-----

-----Pretendeu saber porque é que no Centro Cultural não estão previstos para o ano de 2013, gastos com o pessoal. -----

-----Referiu que as Piscinas Municipais, que estiveram encerradas todo o ano de 2012, registaram um total de 7.500€ em vendas e serviços prestados, desconhecendo de onde vem esse valor. -----

-----No que diz respeito ao Centro Coordenador de Transportes, houve um aumento do valor relativo a Pessoal, desconhecendo o motivo, uma vez que há serviços que estão concessionados. -----

-----Relativamente ao Lagar Municipal disse que preveem uma redução de 50% nas vendas, mas os gastos com pessoal aumentam. Pretendeu saber qual a justificação. Disse que também não foi apresentada qualquer justificação para a redução de pessoal no Museu do Agricultor, bem como no Departamento Administrativo. -----

-----Referiu que, relativamente às Piscinas da Lageosa, que têm sido concessionadas, não aparece qualquer valor do contrato. -----

-----Disse que também não consegue perceber qual a estratégia para os Moinhos da Rapa, uma vez que não preveem para 2013, qualquer gasto com pessoal, mas mantem o mesmo valor para prestação de serviços. -----

-----De igual forma também não consegue perceber qual a orientação política para o Gabinete de Turismo, uma vez que da análise do orçamento dá a entender que vai deixar de existir. -----

-----Referiu-se ainda aos Resultados Transitados que tiveram uma alteração de -1.763.800,53€, em 2012, para -460.970,83€, sem qualquer justificação. Frisou que a apresentação do orçamento nestes moldes é uma total falta de respeito para com os Vereadores da Oposição.-----

-----Referindo-se ao contrato programa e mais concretamente à cláusula 6.ª relativa às obrigações da EMCEL, referiu que está completamente desfasado do contexto atual, uma vez que não existe projeção de cinema no Centro Cultural, as Piscinas Municipais estão fechadas, logo não podem ser usadas, nem pelos alunos, nem pelos restantes munícipes.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que não compreendia esta análise do Senhor Vereador, não via onde estava a falta de respeito para com os restantes elementos do Executivo, uma vez que o orçamento foi um orçamento participativo e o Senhor Vereador não apresentou qualquer proposta. Mesmo assim, nada o impedia de vir até à Câmara Municipal e apresentar as suas dúvidas perante qualquer elemento do Executivo ou mesmo perante um Técnico da autarquia, que certamente teria todo o gosto em o esclarecer. -----

-----Relativamente ao cinema disse que, de facto, prevê-se que no ano de 2013, haja alguma atividade, mesmo que seja só temporária. No que diz respeito às Piscinas Municipais e como é do conhecimento do Senhor Vereador, uma vez que este é um assunto amplamente discutido nos diferentes órgãos do município, a autarquia está a estudar uma forma de colocar novamente este equipamento à disposição dos munícipes de Celorico, também encetou esforços junto do Ministério da Educação para

conseguir reformular o protocolo existente, mas não tem conseguido bons resultados, junto da tutela. Referiu que, uma vez que o Senhor Vereador foi eleito pelo PSD, talvez conseguisse manifestar a sua indignação junto do Ministério, obtendo melhores resultados. Os Celoricensenses agradecem. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que foi referido por ele em reunião de Câmara que caso pretendessem algum esclarecimento adicional sobre o orçamento estaria disponível para o fazer, ninguém se mostrou interessado. -----

-----Em relação à EMCEL disse que, o Senhor Vereador, ao fim de três anos, fazer a análise que fez, demonstra um total desconhecimento da realidade desta empresa. -----

-----Referiu que o orçamento apresenta valores previsionais, por isso apreze despesa nas Piscinas Municipais e no Centro Cultural, são previsões. Só poderá fazer uma análise da despesa corrente aquando da aprovação das contas. -----

-----Relativamente ao Lagar Municipal esclareceu que infelizmente é um setor que está a ser bastante afetado pela crise e a única forma de se conseguir contornar essa situação é através da prestação de um serviço diferenciado e para isso terá que haver um investimento em recursos humanos, nomeadamente num cozinheiro. Disse que essa poderá ser uma solução, mas também poderão optar por concessionar a exploração do espaço. -----

-----No que diz respeito ao Gabinete de Turismo obviamente que não irá encerrar, até porque tem prestado um serviço meritório em prol do concelho e mesmo em prol da região. Preveem uma diminuição de despesas com pessoal, porque houve contratos que caducaram e não foram renovados. ---

-----Relativamente às Piscinas da Lageosa informou que o contrato de exploração foi feito com a Câmara Municipal e não com a EMCEL, caso esta situação se altere, terá que ser a EMCEL a avançar com a sua exploração. -----

-----No que concerne aos recursos humanos, situação que já foi por diversas vezes falada nestas reuniões, são deslocados de uma unidade para outra, conforme as necessidades, por isso as oscilações nos valores. -

-----Relativamente ao Resultados Transitados, informou que na altura enfatizou essa situação, aquando da aprovação do orçamento da Câmara Municipal, em sede de reequilíbrio financeiro está retratado a atribuição de um subsídio de aproximadamente 1,3 milhões de euros, que vai provocar esta alteração. -----

-----Por último e relativamente ao contrato programa esclareceu que este reflete a realidade, de facto, neste momento, existem equipamentos que não estão a funcionar, mas se abrirem, terão as funções retratas no contrato programa. -----

-----Às 12 horas e 30 minutos ausentou-se o Senhor Vereador João Duarte, por motivos profissionais. -----

-----**5. SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES PARA 2013**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com registo n.º 12010, de 27/12/2012, propondo a atribuição de fundos de maneo aos funcionários: -----

-----João Miguel Cabral Inácio, Assistente Técnico de Serviço de Armazém e Aprovisionamento, no montante de 600,00€; -----

-----Catarina Vanessa dos Santos Mimoso, Assistente Técnica, no montante de 1 200,00€; -----

-----João Carlos da Silva Morgado, Técnico Superior, do Serviço de Turismo, no montante de 400,00€. -----

-----Informam que estes fundos de maneo deverão ser constituídos nos termos do ponto 2.3.4.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/2, bem como

pelo estipulado no n.º 4, do artigo 12.º, da Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Celorico da Beira.-----

-----**Nos termos da informação interna, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a constituição de três dos fundos de maneo a afetar aos funcionários João Manuel Cabral Inácio, no montante de 600,00€; Catarina Vanessa da Silva Morgado, no montante de 1 200,00€ e João Carlos da Silva Morgado, no montante de 400,00€. -----**

-----**6. COMURBEIRAS**-----

-----**ASSUNTO: REDEFINIÇÃO GEOGRÁFICA DAS NUT'S III E AS NOVAS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS**-----

-----Foi presente ofício da Comurbeiras, com registo de entrada n.º 32, de 2/1/2013, dando conhecimento que na reunião de 21/12/2012, os representantes dos municípios presentes foram unânimes na aceitação do modelo que saiu das reuniões promovidas pela CCDR Centro e que se traduz na agregação ao território das atuais NUTs III da Cova da Beira e da Beira Interior Norte, os concelhos de Fornos de Algodres, Gouveia, Penamacor e Seia. -----

-----Mais informam que no que se refere à designação a dar à nova NUT III, do debate realizado foram considerados como abrangentes e mais favoráveis as seguintes designações “CIM Beiras e Serra”, “CIM Beiras e Estrela” e “Beiras e Serra da Estrela”.-----

-----Informam que estão a fazer a auscultação de todos os municípios envolvidos e solicitam que o Município de Celorico da Beira manifeste a sua preferência por uma das três denominações acima referidas.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a designação de “Beiras e Serra da Estrela” por ser aquela que melhor define o território geográfico da nova NUT III. -----**

-----**7. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - TRANSPORTES ESCOLARES 1.º CICLO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social com o registo interno n.º 36, de 3/1/2013, dando conhecimento que foi solicitado pela encarregada de educação da aluna Nádia Alexandra da Costa Sequeira, passe escolar para a sua educanda que está matriculada no EB 1.º ciclo de S. Pedro. -----

-----Mais informam que a EB 1.º de acolhimento desta aluna será a EB 1.º de Cortiço da Serra e caberia à autarquia assegurar a sua deslocação. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que tendo em consideração as dificuldades da autarquia em disponibilizar transporte para deslocar a aluna de Quintãs de Cima, onde reside para a escola de Cortiço da Serra, a solução de atribuir um subsídio para pagamento de passe, para o autocarro escolar, revela-se a melhor opção, em termos logísticos e financeiros. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio de transporte à aluna Nádia Alexandra da Costa Sequeira.** -----

-----**ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 16/1/2013 PARA O DIA 24/1/2013**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a reunião do dia 16/1/2013 para o dia 24/1/2013, considerando todos os formalismos legais cumpridos. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 13h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro que a secretariei.-----

-----

-----